

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 4ª A VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo n.º 0025280-51.2023.8.17.2480

BEZERRA DE MENDONÇA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, já qualificada nestes autos, na condição de Administradora Judicial nomeada pelo MM. Juízo, vem, por intermédio de seu representante legal ao final assinado, perante Vossa Excelência, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL em tela, que fora requerida pelo GRUPO MAMUTE BURGER, apresentar o presente RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS.

I. MOVIMENTAÇÕES A PARTIR DE 02/02/2024

1. Para melhor acompanhamento das movimentações processuais pelo MM. Juízo, Ministério Público, credores, devedora e demais interessados, passa-se a listar os acontecimentos de relevância destes autos, observados a partir do dia 02/02/2024, em atendimento ao disposto no art. 3º da Recomendação nº 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), adotando-se, como marco inicial desta análise, a decisão (ID 159978232) que deferiu o processamento da Recuperação Judicial e nomeou este

peticionante para o exercício do encargo de Administradora Judicial.

2. Este Administrador Judicial apresentou competente termo de compromisso para adequado exercício do múnus (ID 160113910).

3. Em 26/02/2024 este Administrador Judicial apresentou relatório da 1ª visita presencial à sede da Recuperanda (ID 162287310), relatório no qual foi informado sobre a necessidade de regularização da razão social, em conformidade com o art. 69 da Lei 11.101/2005 e também foi solicitada a relação completa dos credores, incluindo os valores devidos e eventuais processos existentes. Ademais, foi informado pontos importantes como obrigações e objetivos da recuperação judicial, prazo e requisitos legais do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), passivo fiscal e trabalhista da recuperanda e foi averiguada a situação atual da empresa. Em adição, foram juntadas fotos da sede da empresa no anexo.

4. Ainda no relatório da visita técnica, foi mencionado e juntado nos autos (ID 162287317) o relatório do passivo trabalhista da recuperanda enviada pelos advogados, patronos da causa para este Auxiliar da justiça.

5. Na mesma manifestação (ID 162287310) este Administrador anexa (ID 162287316), minutas dos ofícios a serem expedidos à Junta Comercial e à Secretaria Especial da Receita Federal e das cartas a serem enviadas às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal onde as empresas possuem estabelecimento, no intuito de facilitar o trabalho desse MM. Juízo.

6. Em despacho proferido por esse Douto Juízo (ID 162386339) foi determinado a expedição dos ofícios para Junta Comercial e à Secretaria Especial da Receita Federal e das cartas a serem enviadas à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal onde a recuperanda possui estabelecimento.

7. Seguindo a análise processual, o auxiliar do Juízo, com base na lista de credores que fora enviada pela empresa em recuperação após a 1ª visita, apresentou sugestão de Edital a ser publicado no Diário de Justiça Eletrônico do TJ-PE (art. 7º, § 1º, LRF), conforme ID nº 164388626, junto com o comprovante de envio da correspondência com Aviso de Recebimento (AR) aos credores (ID 164388628), conforme determina o art. 22º, inciso I, alínea “a”, Lei 11.101/05.

8. Prontamente, este MM. Juízo profere despacho (ID 164398622) deferindo os requerimentos do Administrador e determinando a intimação do Grupo Mamute Burger restituir o pagamento do envio das correspondências, além de ordenar a expedição do edital conforme modelo juntado aos autos (ID 164388626).

9. Conforme sugerido anteriormente por este Administrador no Parecer de ID 164388626, foi expedido, sob ID 165206065, edital contendo o resumo do pedido de recuperação judicial, da decisão que deferiu seu processamento, bem como da relação nominal de credores, com as respectivas classificações de seus créditos, em consonância com o disposto no art. 52 da LRJF.

10. Em ato contínuo, foi expedida a certidão de ID 165497183, a qual certifica o encaminhamento do referido edital, ID 165206065, para publicação no Diário de Justiça Eletrônico no dia 01/04/2024, garantindo assim a devida publicidade dos atos processuais.

11. De forma tempestiva, a recuperanda apresentou, em 02/04/2024, o seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), protocolado sob o ID 166001898.

12. Em atendimento ao despacho ID 164398622, datado de 03/04/2024, o Grupo Mamute procedeu com a restituição dos valores adiantados por este Administrador

Judicial referentes ao envio das correspondências, com a devida juntada do comprovante de pagamento aos autos.

13. Em análise crítica ao PRJ apresentado, e mediante manifestação de ID 167545748, este Administrador levantou questionamentos fundamentais à robustez e viabilidade do plano proposto, sugerindo a necessidade de aditamento do mesmo para inclusão de laudos atualizados e projeções econômico-financeiras detalhadas, a fim de assegurar uma avaliação precisa da capacidade de recuperação da empresa, além de informar a este MM juízo o atraso nos pagamentos dos honorários da administradora Bezerra de Mendonça.

14. Em atendimento às observações e recomendações deste Administrador Judicial, Vossa Excelência, por meio de despacho ID 167560361, intimou a empresa para que, no prazo de quinze dias, proceda com a apresentação de um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, conforme articulado, sob pena de extinção do processo.

II. CONCLUSÃO

Diante do exposto, este Administrador Judicial respeitosamente vem perante Vossa Excelência para requerer:

- a) A **juntada** do presente Relatório de Movimentação Processual, em conformidade com o disposto no art. 3º da Recomendação nº 72/2020 do (CNJ)

É o parecer deste Administrador Judicial, pautado no respeito à legislação e ao interesse dos credores, visando à efetiva recuperação da empresa em questão.

Respeitosamente,

19 de abril de 2024

FERNANDO VICTOR BEZERRA DE MENDONÇA

OAB/PE 39.719